

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da NCF Participações S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Companhia foi constituída em 2000, como sociedade por ações de capital fechado privada, voltada à realização de aplicações em títulos e valores mobiliários e participação nas sociedades da Organização Bradesco ("Organização"), contando com Diretoria Executiva como órgão administrativo.

Na qualidade de *holding* da Organização, a Companhia detém participação acionária nos capitais do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"). Em 31 de dezembro de 2016, a participação acionária no capital total do Bradesco foi de 5,33%, enquanto na Bradespar foi de 9,33%.

Possui também registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na Categoria "B".

Resultado do período

O resultado operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é composto, basicamente, por equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio ("JCP"), gerados pelo Bradesco e pela Bradespar, bem como rendimentos de aplicações financeiras, conforme ilustrado abaixo:

	Exercício findo em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	736.695	419.963
Resultado de equivalência patrimonial.....	1.002.834	704.241
Resultado financeiro.....	(167.155)	(255.305)
Despesas tributárias.....	(78.808)	(28.764)
Despesas gerais e administrativas.....	(20.176)	(209)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	736.695	419.963
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26.067	9.264
LUCRO DO EXERCÍCIO	762.762	429.227

O principal motivo para o crescimento do lucro no exercício, foi o aumento do resultado de equivalência patrimonial reconhecidos pela Companhia, referente aos investimentos no Bradesco e na Bradespar, no montante de R\$ 944,3 milhões e R\$ 58,5 milhões, respectivamente, sendo que, em comparação com o ano anterior, tais valores foram de R\$ 947,6 milhões e R\$ 243,4 milhões.

Negócios sociais e fatos administrativos relevantes

Em 2016, ocorreram os seguintes fatos relevantes: (i) recebimento de JCP, destinados pelo Bradesco, no valor líquido de R\$ 274,6 milhões; (ii) aumento de Capital Social, no valor de R\$ 25,6 milhões; e (iii) constituição de JCP a pagar, em 30 de setembro de 2016 e 26 de dezembro de 2016, no valor líquido de R\$ 133,2 milhões e R\$ 33,3 milhões respectivamente.

Comentários sobre as investidas

BRADESCO

Fundado em 1943, o Bradesco é um dos maiores grupos financeiros do Brasil, presente em todas as regiões do território nacional, sempre comprometido com o crescimento econômico e social do País, além de buscar permanentemente a excelência em atendimento, produtos e serviços e melhor rentabilidade aos seus acionistas e investidores.

No contexto mercado de capitais, as ações do Capital Social do Bradesco são listadas na BM&FBOVESPA sob os códigos BBDC3 (ações ordinárias) e BBDC4 (ações preferenciais). Seus títulos, também, são negociados na Bolsa de Valores de Nova York, por meio do programa de *American Depositary Receipts* Nível I (ADRs), lastreados em ações preferenciais, e ADRs Nível II, em ações ordinárias, bem como no mercado europeu na Bolsa de Valores de Madri ("Latibex"), por meio do *Global Depositary Receipts* ("GDRs").

Dentre os negócios sociais e fatos administrativos relevantes no período, destaca-se, a conclusão, em julho de 2016, da operação de aquisição de 100% do capital social do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo ("HSBC Brasil"), com a devida aprovação das autoridades competentes. A aprovação, em Assembleia Geral, da cisão do HSBC Brasil, possibilitou a integração de pessoas e de plataformas operacionais e tecnológicas, resultando na substituição da marca na sua rede de atendimento e propiciando maior sinergia de suas operações. Assim, desde outubro de 2016, os clientes HSBC Brasil passaram a ter acesso às suas contas e demais serviços como clientes Bradesco. Essa aquisição é a maior já realizada pelo Bradesco, o que concretiza sua posição no cenário financeiro nacional.

O Bradesco, alçado em valores éticos, respeito e transparência, enfrenta com determinação os desafios da atualidade, demonstrando força e capacidade de intermediar financiamento, incentivando investimentos, democratizando o crédito, expandindo a oferta de produtos, serviços e soluções e promovendo, prioritariamente, inclusão bancária e mobilidade social, por meio de sua ampla Rede de Atendimento, que inclui Agências, Postos Bancários, Correspondentes Bradesco Expresso, máquinas de autatendimento e, também, pelos Canais Digitais, como o Internet *Banking*, Bradesco Celular, Fone Fácil e Redes Sociais.

Na área financeira, sob a perspectiva de uma política monetária rigorosa, o Bradesco continuará buscando o crescimento da carteira de crédito, com ênfase no crédito imobiliário, crédito ao consumo e empréstimos consignados em folha de salário, bem como de sua forte atuação em previdência complementar aberta.

Para tanto, seguirá adotando critérios eficazes de segurança, que incluem rigorosa avaliação dos processos de concessão e eficiente cobrança diária de valores vencidos, por meio do Programa de Recuperação de Créditos. O foco estratégico na difusão dos negócios e nos resultados dos negócios de cartões, de que são exemplos o banco de investimento, *Corporate, private banking* e a gestão de recursos de terceiros, além dos investimentos no mercado de criptôes, consórcios, seguros, previdência e capitalização, igualmente relevantes, permanecerá ativo na Organização.

O Bradesco registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, lucro líquido ajustado de R\$ 17,9 bilhões, sendo destinado aos acionistas, relativo ao período, a título de JCP, o montante de R\$ 7,0 bilhões. Os ativos totais alcançaram R\$ 1.192,0 bilhões, enquanto que o patrimônio líquido ajustado somou R\$ 105,7 bilhões.

BRADESPAR

A Bradespar, companhia aberta de investimentos, busca criar valor para seus acionistas através de participações relevantes em empresas líderes, em seus setores de atuação e que apresentem taxas de retorno consistentes e de longo prazo. Desta forma, detém participação, direta e indireta, na CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") e Vale S.A. ("VALE").

No contexto de mercado de capitais, as ações do Capital Social da Bradespar, desde a sua criação, são listadas na BM&FBOVESPA sob os códigos BRAP3 (ordinárias) e BRAP4 (preferenciais), desde a sua criação. Seus títulos, também, são negociados no Latibex, por meio do programa de GDRs.

A Bradespar registrou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, lucro líquido de R\$ 629,3 milhões, reflexo do desempenho apresentado pela VALE.

Serviços prestados pelos auditores independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2016, não contratou e nem teve serviços prestados pelo auditor independente - KPMG Auditores Independentes - não relacionados à auditoria externa.

A Companhia adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

Cidade de Deus, 28 de março de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
ATIVO	1.329.100	294.995	1.329.100	294.995
CIRCULANTE	1.329.100	294.995	1.329.100	294.995
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6).....	126.327	13.395	126.327	13.395
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7).....	708.285	-	708.285	-
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 19a).....	219.751	183.179	219.751	183.179
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 20e).....	217.866	49.728	217.866	49.728
Créditos Tributários (Nota 20c).....	56.871	48.693	56.871	48.693
NÃO CIRCULANTE	15.185.378	14.276.238	15.185.378	14.276.238
Realizável a Longo Prazo	5.532.015	5.410.653	5.532.015	5.410.653
Ativos Financeiros Disponível para Venda (Nota 8).....	5.019.049	5.016.437	5.019.049	5.016.437
Valores a Receber (Nota 10).....	221.374	163.660	221.374	163.660
Empréstimos e Recebíveis (Nota 9).....	-	106.351	-	106.351
Depósitos Judiciais (Nota 12b).....	165.964	65.233	165.964	65.233
Créditos Tributários (Nota 20c).....	45.151	22.323	45.151	22.323
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 20e).....	80.477	36.649	80.477	36.649
Investimentos (Nota 11)	9.653.363	8.865.585	9.653.363	8.865.585
TOTAL	16.514.478	14.571.233	16.514.478	14.571.233

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.329.100	294.995	1.329.100	294.995
CIRCULANTE	1.329.100	294.995	1.329.100	294.995
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 20f).....	162.119	118	162.119	118
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 15e).....	1.468.491	29.855	1.468.491	29.855
Outras Obrigações (Nota 13).....	1.254.584	1.100.307	1.254.584	1.100.307
NÃO CIRCULANTE	7.481.814	6.586.823	7.481.814	6.586.823
Provisão para Impostos e Contribuições.....	7.471	3.003	7.471	3.003
Provisão para Contingências (Nota 12b).....	178.103	86.118	178.103	86.118
Passivos Financeiros (Nota 14).....	5.586.023	4.997.896	5.586.023	4.997.896
Outras Obrigações (Nota 13).....	1.710.217	1.499.806	1.710.217	1.499.806
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.611.471	6.848.573	7.611.471	6.848.573
Capital Social (Nota 15a).....	4.325.004	4.299.354	4.325.004	4.299.354
Reservas de Lucros.....	2.992.400	2.406.138	2.992.400	2.406.138
Outros Resultados Abrangentes.....	294.067	143.081	294.067	143.081
TOTAL	16.514.478	14.571.233	16.514.478	14.571.233

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	2016	2015
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	903.850	675.268
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11).....	1.002.834	704.241
Despesas Tributárias (Nota 16).....	(78.808)	(28.764)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 17).....	(20.176)	(209)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	903.850	675.268
Receitas Financeiras (Nota 18).....	978.503	68.667
Despesas Financeiras (Nota 18).....	(1.145.658)	(323.972)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	736.695	419.963
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	26.067	9.264
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	762.762	429.227
Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 15b)		
Resultado por ação ordinária.....	0,34	0,19
Resultado por ação preferencial.....	0,37	0,21

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	736.695	419.963
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(1.002.834)	(704.241)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros.....	171.652	274.186
Provisão para Obrigações Legais.....	78.748	28.761
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	(15.739)	18.669
(Aumento/Redução em Ativos Financeiros e Outros).....	(5.173.886)	(5.173.886)
Aumento/Redução em Obrigações.....	(13.886)	(15.948)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	8.521	(5.171.165)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Investimentos.....	-	(163.411)
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.....	274.563	252.968
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	274.563	99.557
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Emissão de Debêntures.....	5.616.586	5.000.000
Liquidação de Debêntures.....	(5.782.533)	-
Aumento de Capital.....	25.650	-
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(29.855)	(11.430)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(170.152)	4.988.570
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	112.932	(83.038)
Início do Exercício.....	13.395	96.433
Fim do Exercício.....	126.327	13.395
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	112.932	(83.038)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	762.762	429.227
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	150.986	1.904
Resultado Abrangente do Exercício	913.748	431.131

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Outros Resultados	
	Social	Legal	Estatutária	Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.299.354	125.211	1.883.350	141.177	-	6.449.092
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	429.227	429.227
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa.....	-	-	-	1.904	-	1.904
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	431.131	431.131
Destinações: - Reservas.....	-	21.461	376.116	-	(397.577)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	(31.650)	(31.650)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.299.354	146.672	2.259.466	143.081	-	6.848.573
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	762.762	762.762
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa.....	-	-	-	150.986	-	150.986
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	913.748	913.748
Aumento de Capital Social por Subscrição de Ações (Nota 15a).....	25.650	-	-	-	-	25.650
Destinações: - Reservas.....	-	38.138	548.124	-	(586.262)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	(176.500)	(176.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.325.004	184.810	2.807.590	294.067	-	7.611.471

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais				
	2016	%	2015	%
1 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(20.176)	(1,0)	(209)	-
1.1) Serviços de Terceiros.....	(20.176)	(1,0)	(209)	-
2 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1)	(20.176)	(1,0)	(209)	-
3 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (1-2)	(20.176)	(1,0)	(209)	-
4 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.981.337	101,0	772.908	100,0
4.1) Resultado de Equivalência Patrimonial.....	1.002.834	51,1	704.241	91,1
4.2) Receitas Financeiras.....	978.503	49,9	68.667	8,9
5 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (3+4)	1.961.161	100,0	772.699	100,0
6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	1.961.161	100,0	772.699	100,0
6.1) Impostos, Taxas e Contribuições	52.741	2,7	19.500	2,5
6.2) Remuneração de Capitais de Terceiros	1.145.568	58,4	323.972	41,9
6.3) Remuneração de Capitais Próprios	762.762	38,9	429.227	55,6
6.3.1) Juros sobre o Capital Próprio.....	176.500	9,0	31.650	4,1
6.3.2) Lucros Retidos do Exercício.....	586.262	29,9	397.577	51,5

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A NCF Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, e a realização de aplicações em títulos e valores mobiliários. A Companhia possui registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na Categoria "B". A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi conced

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

- 1) INVESTIMENTOS
a) OS AJUSTES decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 1.002.834 (2015 - R\$ 704.241).
b) A composição da rubrica "Investimentos" está demonstrada a seguir:

	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %		Total dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
				ON	PN	2016	2015	2016	2015		
Empresas											
Bradesco (2) (4)	51.100.000	105.742.958	17.894.249	233.824	61.976	5,33	5.632.151	4.858.645	944.274	947.637	
Bradespar (2) (4)	4.100.000	8.090.430	629.323	30.368	2.236	9,33	755.095	740.823	58.560	(243.396)	
Ágio - Bradesco (3)	-	-	-	-	-	-	2.771.912	2.771.912	-	-	
Ágio - Bradespar (3)	-	-	-	-	-	-	494.205	494.205	-	-	
Total							9.653.363	8.865.585	1.002.834	704.241	

- (1) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
(2) O valor de mercado, em 31 de dezembro de 2016, das ações ordinárias do Bradesco era de R\$ 29,14 e as ações preferenciais de R\$ 29,00, e para as ações da Bradespar era de R\$ 12,58 e R\$ 14,85, respectivamente;
(3) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações do Bradesco e Bradespar; e
(4) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida.

2) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

- a) **Ativos contingentes**
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) **Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais**
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e do Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 165.964 (2015 - R\$ 65.233). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
No início do período	86.118	51.681
Atualizações monetárias	13.236	5.676
Constituição	78.749	28.761
No final do período	178.103	86.118

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

- c) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**
A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2016 e 2015, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (1)	1.254.450	1.100.215
Outros	134	92
Total	1.254.584	1.100.307
Não Circulante		
Contratos de mútuo (2)	1.710.217	1.499.806
Total	1.710.217	1.499.806

- (1) Adiantamento para futuro aumento de capital, acrescido da variação da taxa SELIC; e
(2) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2018.

14) PASSIVOS FINANCEIROS - DEBÊNTURES

Em dezembro de 2015, a Companhia efetuou a segunda emissão de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie figuratária, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 totalizando R\$ 5.000.000 com prazo de duração de cinco anos, contados da data de emissão. Não havendo cláusula de repactuação. Em outubro de 2016, ocorreu a liquidação antecipada dessas debêntures.

Em outubro de 2016, foi encerrada a oferta pública de distribuição da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por meio da qual foram emitidas 560.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, perfazendo o montante de R\$ 5.600.000, e vencimento em dezembro de 2020.

As debêntures farão jus a remuneração equivalente a variação acumulada da taxa média dos DI - Depósitos Interbancários de um dia, acrescida de um adicional, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias úteis, calculados *pro rata temporis*, desde a data de emissão até o final do período de capitalização, no montante de R\$ 5.615.923 (2015 - R\$ 5.014.190), sendo o custo de emissão de R\$ 29.900 (2015 - R\$ 16.294), resultando em um valor líquido de R\$ 5.586.023 (2015 - R\$ 4.997.896).

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do Capital Social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Ordinárias	1.132.593.871	1.128.471.523
Preferenciais (1)	1.009.413.289	1.005.739.284
Total	2.142.007.160	2.134.210.807

- (1) As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferem a seus titulares as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Sociedade; e (ii) condecoração de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 1º de março de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social em R\$ 25.650, elevando-o de R\$ 4.299.354 para R\$ 4.325.004, na proporção de 0,365303792% sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 1º de março de 2016, data-base de direito à subscrição, mediante a emissão de 7.796.353 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 4.122.348 ordinárias e 3.674.005 preferenciais, ao preço de R\$ 3,20 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de junho de 2016, deliberou-se abrir o Capital da Companhia na categoria "B", nos termos do inciso II e Parágrafo 2º do Artigo 2º da Instrução da CVM nº 480/09. O registro de emissor, que trata a Instrução da CVM nº 480/09, na categoria "B", foi deferido em 3 de outubro de 2016.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	762.762	429.227
Ordinárias	0,34	0,19
Preferenciais	0,37	0,21

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

- (i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social; e
(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

e) **Juros sobre o capital próprio e dividendos**
Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio ou dividendos, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	762.762	
Reserva legal	(38.138)	
Base de cálculo ajustada	724.624	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados (2)	176.500	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(10.009)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2016	166.491	23,0
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2015	29.855	7,3

- (1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;
(2) Provisionamento de JCP extraordinário, deliberado em 30 de setembro de 2016 e JCP complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2016; e
(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
COFINS	66.434	23.710
PIS	12.315	5.051
Outros (1)	59	3
Total	78.808	28.764

- (1) Referem-se, basicamente, a IOF sobre resgates de aplicações financeiras.

17) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Serviços de terceiros (1)	20.020	127
Edições e publicações	156	82
Total	20.176	209

- (1) Referem-se, basicamente, a custos de comissões na emissão de debêntures.

18) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações em letras financeiras	894.325	16.439
Receitas sobre aplicações financeiras	33.852	36.986
Variação monetária de contrato de mútuo a receber	27.140	600
Outros	23.386	14.642
Total	978.503	68.667

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração	
Presidente	Membros Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto
Vice-Presidente	José Alcides Munhoz Aurélio Conrado Boni
Luiz Carlos Trabuco Cappi	

DIRETORIA

	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
	1	2	3	1	2	3
Diretor-Presidente	Luiz Carlos Trabuco Cappi					
Diretores	Alexandre da Silva Glúher José Augusto Pancini Maurício Machado de Minas Marcelo de Araújo Noronha					
Diretor Vice-Presidente	Domingos Figueiredo de Abreu					

Diretor Gerente

Luiz Carlos Angelotti

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Investimento na Bradespar S.A.:

A Bradespar S.A. e suas investidas (diretas e indiretas) possuem estimativas contábeis críticas relevantes que envolvem um alto nível de julgamento da Bradespar e que podem afetar o resultado da NCF de forma relevante, como segue:

- (i) A mensuração, reconhecimento e divulgação de provisões e passivos contingentes (fiscais, cíveis e trabalhistas) que envolve julgamento significativo na determinação quanto à conclusão dos processos judiciais;
(ii) Investimento indireto na Vale S.A. (via Valepar S.A., investimento indireto), que por sua vez possui investidas contábeis críticas relevantes, envolvendo um alto nível de julgamento na sua avaliação que podem afetar o resultado da NCF de forma relevante, como descrito a seguir:

- A perda por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado, intangível e ágio, que envolve nível de incerteza para a determinação do *impairment* relacionado;
- A provisão para abandono de áreas, que considera julgamento em relação a fatores como o período de utilização de determinada área, o tempo necessário para reabrir a mesma e determinadas premissas econômicas;
- Imposto de renda corrente e diferido e também passivos contingentes relativos a exposições fiscais e envolvendo complexidades associadas aos preços de transferência internacional e julgamento quanto da avaliação de estimativas com exposições fiscais e na quantificação de passivos contingentes;
- Litígios e provisão para contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista, que envolvem relevância, complexidade e julgamento na avaliação e mensuração;
- Instrumentos financeiros como estratégia de proteção patrimonial os quais devem ser mensurados e avaliados pelo seu valor justo, que requerem considerável julgamento para instrumentos financeiros não negociados em mercado ativo.

Devido à relevância que o resultado destas investidas representam no lucro líquido, a mensuração dessas estimativas contábeis envolverem julgamento significativo das investidas e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas das estimativas efetuadas nas demonstrações contábeis das investidas poderia ter nas demonstrações contábeis da NCF, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho da governança e controles internos desenhados pela Administração para o controle de seus investimentos assim como o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos para as investidas, discussão do risco de distorção relevante e envio das instruções aos auditores das investidas. Realizamos reuniões com os respectivos auditores responsáveis pelas investidas e efetuamos a avaliação do trabalho realizado que considerou, entre outros aspectos, os assuntos destacados acima que podem afetar o resultado da NCF de forma relevante. Avaliamos também as evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas envolvidos na auditoria das investidas. Analisamos as comunicações e os relatórios do auditor das investidas, bem como dos procedimentos realizados e das conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos. Adicionalmente, analisamos o processo de identificação e avaliação da recuperabilidade dos investimentos efetuados pela NCF. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados os procedimentos adotados pela NCF na aplicação do método de equivalência patrimonial para avaliação de investimentos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da NCF e apresentada como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da NCF para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da NCF é responsável por essas outras informações e o conteúdo do Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da

NCF Participações S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da NCF Participações S.A. ("NCF"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NCF em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades da nossa auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à NCF de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• **Investimentos em Participações Societárias mensuradas pelo método da equivalência patrimonial**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, a NCF detém participações societárias de 5,33% no Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e de 9,33% na Bradespar S.A. ("Bradespar") avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e são controladas por meio de uma estrutura de governança corporativa e controles internos definidos pela Administração. Adicionalmente, conforme indicado abaixo, essas investidas possuem os seguintes principais assuntos de auditoria reportados nos respectivos relatórios de auditoria às demonstrações contábeis:

Investimento no Banco Bradesco S.A.

O Banco Bradesco S.A. possui estimativas contábeis críticas relevantes e alta dependência da infraestrutura de tecnologia da informação para disponibilidade e continuidade de seus processos de negócios, que podem afetar o resultado da NCF de forma relevante, como segue:

- (i) A perda por redução ao valor recuperável de suas operações (impairment) que envolve nível de incerteza para a determinação do *impairment* relacionado;
(ii) A determinação do valor justo de instrumentos financeiros que está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Bradesco tem que efetuar julgamentos significativos para estimar esses valores;
(iii) A mensuração, reconhecimento e divulgação de provisões e passivos contingentes (fiscais, cíveis e trabalhistas) que envolve julgamento significativo na determinação quanto à conclusão dos processos judiciais;

(iv) Valor recuperável dos ativos relativos a créditos tributários, ágio na aquisição de investimentos e intangíveis de vida útil indefinida cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Bradesco, que envolve julgamento significativo na determinação dos fatores de desenvolvimento e premissas relacionadas (taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa);

(v) Provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros, que envolve julgamento significativo na determinação dos fatores de desenvolvimento e premissas relacionadas (as expectativas de sinistralidade, a mortalidade, a longevidade, a persistência e as taxas de juros);

(vi) A alta dependência da infraestrutura de tecnologia da informação para disponibilidade e continuidade de seus processos de negócios que pode impactar nas informações utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis;

(vii) Aquisição do controle do Banco HSBC no Brasil em que a mensuração do valor justo atribuído aos ativos adquiridos e passivos assumidos para fins de determinação do ágio por expectativa de rentabilidade futura bem como dos ativos intangíveis identificados, envolve o julgamento da Administração e inclui a projeção de fluxos de caixa futuros, cálculo de taxas de desconto e definição de vida útil para os ativos identificados.

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da NCF continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a NCF ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da NCF são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da NCF.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da NCF. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a NCF a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 29 de março de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2